

# DA DERROTA ELEITORAL ÀS TAREFAS DE OPOSIÇÃO

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA 5 FEVEREIRO 2022



O Bloco realizou uma campanha de grande mobilização militante, que se distinguiu pela clareza nos debates, pelo contacto de rua e pela ampla participação de apoiantes. A Mesa Nacional apela a que essa participação tenha continuidade imediata na reflexão sobre os resultados eleitorais e as tarefas políticas imediatas. Com vista a favorecer essa participação dos e das aderentes, a Mesa Nacional convoca uma Conferência Nacional sobre o rumo estratégico do Bloco de Esquerda que terá lugar no próximo mês de abril e será precedida de plenários distritais.

## 1. DO CHUMBO DO ORÇAMENTO À CAMPANHA ELEITORAL

Ao recusar um acordo em 2019, o Partido Socialista quis evitar a renovação da geringonça: a continuidade da recuperação de direitos (legislação laboral) e serviços públicos (recuperação do SNS) foi enterrada. O diálogo à esquerda foi substituído por simulacros de negociações orçamentais e por uma convergência de facto com a direita na maior parte das votações parlamentares.

A chantagem da crise política foi explicitada pelo governo desde o primeiro dia da legislatura passada. A intransigência negocial do PS traduziu uma estratégia de poder absoluto e marginalização da esquerda: se os partidos de esquerda não se subordinassem ao PS e assim abdicassem do seu mandato, o horizonte imediato seria o de eleições antecipadas com previsível penalização da esquerda. O PS acalentava deste modo o projeto de maioria absoluta.

Ao decidir o voto contra as propostas de Orçamento do Estado para 2021 e 2022 e perante a crise política que o Presidente da República ajudou a promover, a Mesa Nacional ponderou todos os riscos políticos e eleitorais presentes nesta chantagem.

O Bloco rejeitou colocar o seu mandato entre parêntesis e esperar ventos favoráveis. Diversas vozes da esquerda criticaram o Bloco por não conceder essa maioria por subordinação: para evitar riscos eleitorais, o Bloco deveria aceitar a blindagem das leis laborais da troika e co-responsabilizar-se por um

orçamento que não responderá à sangria de profissionais do SNS e manterá a iniquidade nos regimes de pensão antecipada. O Bloco recusou lançar-se por esse atalho.

## 2. DAS SONDAGENS AO VOTO

O chumbo da proposta de Orçamento para 2022 foi apresentado, desde logo pelo presidente da República e pelo próprio primeiro-ministro, como um derrube do governo. No contexto da pandemia, parte da base de apoio do Bloco assumiu essa interpretação, distanciando-se do partido. Ainda assim, no final da campanha, boa parte do eleitorado potencial do Bloco declarava intenção de voto no partido ou indecisão. António Costa fechou a campanha declarando a maioria absoluta por perdida. O Bloco cometeu o erro de fazer o mesmo, assumindo a evolução das sondagens como real e definitiva.

Com efeito, as sondagens provocaram uma falsa polarização: haveria um empate técnico entre o PS e o PSD. A possibilidade de uma maioria de direita incluindo os deputados do Chega, à qual Rui Rio deu sinais de abertura, remeteu muitos indecisos e eleitores de esquerda para a memória do governo da troika, que se repetiria agora numa versão sinistra. Isso desencadeou uma potente dinâmica de concentração de voto no PS, agravada pela eficácia com que António Costa já tinha desacreditado a possibilidade de entendimentos à esquerda. Nestas últimas horas da campanha, o Bloco terá sofrido uma forte penalização adicional.

Com esta pesada derrota, o Bloco perde metade dos votos que obteve em 2019 (passa de 492 mil para 240 mil). É o partido mais penalizado pela dinâmica do “voto útil”, na medida em que partia de um patamar mais elevado que o PCP (que já perdera um terço da bancada em 2019). O Bloco e a CDU, que somavam 36 deputados em 2015 e 31 em 2019, têm hoje apenas 11. A análise da evolução eleitoral nos diversos distritos demonstra uma equivalência muito precisa entre o número de votos perdidos por Bloco e CDU e o crescimento do PS.

Se o Partido Socialista beneficiou da dinâmica criada pelas sondagens dos últimos dias, o mesmo não conseguiu o PSD, ficando mais de dez pontos abaixo do patamar que as sondagens indicavam. Os resultados do Chega e da Iniciativa Liberal confirmam a fragmentação de uma direita radicalizada, nos termos em que o Bloco a identificou na sua Convenção: “a radicalização do conjunto da direita, herdeira da troika, hostil ao Estado social e, no caso do Chega, abertamente racista, é um processo com correspondência internacional. O mandato de Trump forneceu alento, cultura e recursos a uma corrente que sobrevive ao seu ícone e dinamiza esta radicalização (Liga de Salvini, União Nacional de Le Pen, Vox de Abascal, etc)”. A orientação futura do PSD refletirá esta deslocação geral à direita e a expansão desta cultura de agressividade social.

### **3. DA MAIORIA ABSOLUTA À FISCALIZAÇÃO ABSOLUTA**

A maioria absoluta é a configuração parlamentar que mais vulnerabiliza os governos à pressão dos interesses económicos, dos setores rentistas e das camadas mais favorecidas da sociedade, ao mesmo tempo que os torna blindados à pressão da mobilização popular. A explícita comemoração deste resultado por parte de setores patronais e rentistas, banqueiros e agências de rating, é uma boa medida dos perigos que enfrentaremos nos próximos anos. Face à maioria absoluta, o Bloco será uma oposição de fiscalização absoluta.

A importância de uma intervenção parlamentar competente e combativa só aumenta a partir destas eleições. Em particular, o Bloco promoverá uma política de intransigência face ao Chega e ao discurso de ódio no parlamento.

O grupo parlamentar do Bloco apresentará logo no início da legislatura um pacote robusto contra a precariedade (incluindo revogação da duplicação do período experimental) e uma proposta de Estatuto do SNS e valorização de carreiras dos seus trabalhadores (incluindo exclusividade), que combata a promiscuidade público/privado e promova a fixação de profissionais no SNS. Nas suas primeiras iniciativas serão ainda dedicadas à conclusão do processo legislativo sobre a despenalização da morte medicamente assistida e à reposição do regime de debates quinzenais com o primeiro-ministro nos termos anteriores à sua revisão por acordo entre

PS e PSD. Sob a maioria absoluta do PS, é essencial recuperar este instrumento de fiscalização parlamentar da atividade do governo.

A reincidência na proposta de Orçamento do Estado para 2022, anunciada por António Costa ainda durante a campanha eleitoral, manterá a perspetiva de estagnação do salário médio e as iniquidades nas pensões e, como se comprovará, é uma ameaça ao SNS, mantido sem resposta a profissionais e utentes.

### **4. DO PARLAMENTO ÀS LUTAS**

O Bloco de Esquerda promoverá uma ampla aliança política e social pela salvação do SNS e contra a privatização dos serviços de saúde, processo que, em contramão com a nova lei de bases mas aproveitando a passividade do governo, avança rapidamente. Em face da maioria absoluta, a esquerda não tem força para impor a negociação de medidas necessárias. Mas o Bloco será voz, no parlamento, dessa exigência cidadã, que deve mobilizar utentes e profissionais, organizações sociais e políticas.

Outra prioridade da intervenção do Bloco no próximo período será a luta pela justiça climática e por políticas de investimento público e criação de emprego que promovam a transição energética, produtiva e de consumo. Prioridade ainda à luta pela igualdade e contra as múltiplas discriminações que agravam as desigualdades e exclusão social. Neste combate, condensa-se a identidade ideológica de uma esquerda antagonista face aos valores do individualismo, da negação da emergência e do obscurantismo mercantil promovidos pela direita liberal e fóssil, mas também de combate às políticas de fracasso da União Europeia, que são as do governo.

O Bloco é um dos protagonistas deste amplo movimento que mobiliza segmentos importantes da juventude e que atravessa fronteiras. A popularização entre os jovens da alternativa socialista ao capitalismo de devastação será um elemento central da ação do Bloco. Durante a maioria absoluta, na luta pela escola, pela habitação, pelo trabalho com direitos e pelo clima, na luta feminista e anti-racista, a juventude pode reconfigurar a esquerda.

Nos próximos meses, o Bloco de Esquerda promoverá, em fevereiro, sessões em torno do 23º aniversário do Bloco; em abril, de comemoração do 25 de

abril. Dará seguimento a atividades de organização setorial, como a realização de um encontro nacional LGBTQIA+, e retomará as iniciativas anuais que foram interrompidas por força da pandemia deverão ser retomadas este ano, entre elas o encontro +60, o acampamento Liberdade, o fórum Socialismo e ainda o Desobedoc, festival de cinema insubmisso.

## **5. DAS AMEAÇAS DA GUERRA À DEFESA DA PAZ**

Na Europa surgem as ameaças de uma nova guerra. A pretexto das manobras militares do novo imperialismo russo em ascensão, os EUA e a NATO reforçaram a sua máquina de guerra neste continente, retornando aos velhos tempos da “guerra fria” e colocando em perigo a paz mundial, e em particular na Europa. O imperialismo norte-americano e outras potências europeias enveredaram por políticas belicistas através da sua mão armada, a NATO, que pretende alargar-se cada vez mais à escala global. O cerco à Rússia faz parte dessa estratégia de domínio global, devendo este país respeitar a integridade territorial da Ucrânia.

Ninguém sairá vencedor se uma nova guerra eclodir na Europa. A paz europeia e no mundo só será preservada com o fim da corrida ao armamento e das manobras militaristas, e a dissolução dos blocos militares como a NATO.